



OFICINA DO CES

ces

Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Faculdade de Economia
Universidade de Coimbra

DANIELA NASCIMENTO

**AS (IN)VISIBILIDADES DA PAZ E DA GUERRA: UMA
ANÁLISE CRÍTICA DAS ESTRATÉGIAS DOMINANTES DE
PREVENÇÃO DE CONFLITO E CONSTRUÇÃO DA PAZ**

**Junho de 2011
Oficina nº 370**

Daniela Nascimento

As (in)visibilidades da paz e da guerra: uma análise crítica das estratégias dominantes de prevenção de conflito e construção da paz

**Oficina do CES n.º 370
Junho de 2011**

OFICINA DO CES
Publicação seriada do
Centro de Estudos Sociais
Praça D. Dinis
Colégio de S. Jerónimo, Coimbra

Correspondência:
Apartado 3087
3001-401 COIMBRA, Portugal

Daniela Nascimento¹

Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra
Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

As (in)visibilidades da paz e da guerra: uma análise crítica das estratégias dominantes de prevenção de conflito e construção da paz

Resumo: Na análise de conflitos violentos são comuns as visões que sublinham o papel decisivo das identidades religiosas e étnicas. Recentemente, interpretações alternativas contribuíram para uma maior consciencialização para as causas múltiplas dos conflitos, mas deram lugar a uma agenda desequilibrada de prioridades, favorecendo direitos e instituições civis e políticas, em detrimento de garantias económicas e sociais. Este artigo discute as explicações dominantes sobre as origens de conflitos internos em contextos étnica e religiosamente heterogéneos; e analisa criticamente as mudanças ao nível das estratégias de resposta, sublinhando a sua agenda limitada e a forma como ignoram dinâmicas complexas que sustentam e reproduzem a violência. Argumenta-se que estratégias de paz mais eficazes e sustentáveis pressupõem não só a desconstrução de visões simplistas sobre as causas da violência mas também uma atenção maior a factores estruturais e, frequentemente, invisibilizados.

“When you leave a person in his or her place, there is peace, but when you displace a person from his or her place, problems will start. When a person is not in his place, has no food, has no shelter, has no school, has no health service, there are looming problems and this is the beginning of war”

Cardinal Zubeir Wako, Catholic Archbishop of Khartoum

I. Introdução

Na pesquisa actualmente dominante, a análise e interpretação de conflitos violentos tornou-se um instrumento perigosamente simplista. Olhando essencialmente à distância e de uma perspectiva ocidental, desenvolvida e relativamente confortável, a nossa capacidade para compreender e explicar em profundidade um novo tipo de conflitualidade violenta e interna pode ser extremamente limitada e perversa. De facto, é muito mais fácil olhar para estes conflitos como sendo lutas bárbaras e inevitáveis entre grupos que não podem coexistir em virtude das suas diferenças étnicas, religiosas ou culturais ancestrais do que adequar uma leitura mais rigorosa e profunda das causas que motivam essa mesma violência. Além disso, grande parte das acções de actores externos limita-se a conter, de forma artificial, tensões que poderão dar origem a violência e conflito. A nossa análise, contudo, parte de um posicionamento distinto e sugere a

¹ Professora Auxiliar do Núcleo de Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; Investigadora do Centro de Estudos Sociais (NHUMEP).

necessidade de uma abordagem diferente em matéria de resolução e/ou prevenção de conflitos em sociedades multi-étnicas ou multi-religiosas. De facto, mesmo que muitos dos conflitos armados contemporâneos sejam caracterizados por uma importante dimensão étnica e/ou religiosa, deve ser igualmente reconhecido que incorporam também dimensões e causas políticas, económicas e sociais profundas. A percepção crescente da ameaça para a segurança e estabilidade regional e internacional causada por estes conflitos, especialmente no continente africano, tem levado os países mais desenvolvidos a tomarem consciência da importância de conter e resolver a instabilidade e violência noutros países (Duffield, 2001). Desde o final da Guerra Fria que se assistiu a um importante impulso para a definição de formas variadas de intervenção internacional em cenários de conflito armado interno, em especial nos chamados países da periferia do sistema internacional. Esta espécie de ‘novo intervencionismo’ foi-se caracterizando essencialmente por uma representação nova, simplista e perversa dessa mesma periferia como sendo uma espécie de falhanço do projecto de modernidade. De acordo com esta visão, o resultado foi a multiplicação dos chamados ‘Estados falhados’ que criam as condições para a emergência de ‘novas guerras’, essencialmente internas na sua natureza e envolvendo novos actores e novas formas de violência (Kaldor, 1999). O diagnóstico externo destas ‘novas guerras’ deu também lugar, por sua vez, a uma inevitável terapêutica externa com vista à contenção da instabilidade e da violência na periferia. Ao mesmo tempo, emergiu um consenso crescente sobre a necessidade de definir um conjunto mais vasto e abrangente de estratégias de prevenção e resolução de conflitos violentos, nomeadamente ao nível das organizações e actores internacionais. A definição e implementação de modelos e estratégias para prevenção de conflitos e reconstrução pós-violência tornaram-se assim uma característica da década de noventa, mas passou também por uma série de mudanças e desenvolvimentos significativos, reflectindo assim as necessidades e prioridades distintas dos principais actores externos. Apesar de reconhecermos a importância destes desenvolvimentos em matéria de respostas a conflitos armados internos violentos e duradouros, este artigo parte de uma avaliação e análise crítica dessas mesmas abordagens relativamente a conflitos desta natureza, as quais se têm caracterizado frequentemente por uma necessidade de empurrar estas sociedades para um modelo de democracia liberal e economia de mercado, resultando por isso mesmo numa estratégia muito limitada e ineficaz de prevenção do retorno da violência em

contextos de conflito armado prolongado (Dodson, 2006: 245). De facto, na literatura e prática dominantes em matéria de prevenção de conflitos e reconstrução pós-conflito, por exemplo, a consideração do carácter fundamental dos direitos de natureza económica e social e do papel desempenhado pelas desigualdades socioeconómicas na emergência e agravamento da violência é frequentemente inexistente e/ou desvalorizada, em detrimento de um enfoque quase exclusivo na dimensão política da violência e nos direitos de natureza civil e política e/ou na imposição de condicionalidade económica contraproducente tendo em conta as necessidades daqueles contextos. Contrariamente a algumas abordagens que questionam a importância real das causas mais profundas para os esforços de prevenção e resolução de conflitos violentos, neste artigo sublinhamos o carácter essencial dessas mesmas causas. Ao apresentar os modelos dominantes de prevenção e reconstrução pós-conflito como sendo limitados e insuficientes, tanto na identificação das causas mais profundas da violência e do subdesenvolvimento nestes contextos como na resposta às necessidades mais profundas das populações, este artigo parte do pressuposto de que, para prevenir conflitos e construir a paz de forma mais eficaz e sustentável, é essencial levar a cabo uma análise rigorosa e profunda das causas múltiplas e complexas dessa mesma violência. Neste tipo de contextos, isso inclui desde logo um levantamento sério do nível real de respeito e satisfação dos direitos económicos e sociais das populações em geral e de grupos específicos.

II. Prevenir conflitos e construir a paz: a resposta a desigualdades socioeconómicas como uma abordagem alternativa aos conflitos violentos?

Uma das principais justificações para esta análise assenta na falta de investigação sistemática sobre as estratégias mais adequadas para lidar de forma pacífica com conflitos que incluem não apenas uma dimensão étnica ou religiosa, mas também e sobretudo fracturas socioeconómicas profundas. O papel destas dimensões no conflito é frequentemente mal-entendido, levando a respostas e soluções largamente ineficazes e baseadas em suposições distorcidas. De facto, apesar de a literatura sobre as causas e factores subjacentes aos conflitos estar relativamente desenvolvida, a maioria das análises tende a focar-se essencialmente no papel primordial que as divisões étnicas e religiosas existentes desempenham na emergência e perpetuação dos conflitos e que se tornam, por isso, irresolúveis. Esta é, contudo, uma visão distorcida da realidade desses

conflitos, que procura retirar a atenção de causas económicas, sociais e políticas estruturais e fundamentais (Stewart, 2002: 342). Consequentemente, os modelos e as estratégias dominantes de prevenção de conflitos e reconstrução pós-conflito tendem a centrar-se em respostas que privilegiam princípios de inclusão e participação civil e política de grupos específicos na sociedade e no governo e a negligenciar a importância de estruturas que promovam a plena participação e inclusão social e económica da população. No mesmo sentido, estas estratégias são também frequentemente caracterizadas por uma tendência para ignorar ou obscurecer formas mais invisíveis de desigualdade e que se podem tornar potenciais fontes de violência. Ainda assim, alguns académicos na área da paz e dos conflitos procuraram chamar a atenção para as causas destes conflitos duradouros (Ramsbotham, 2005: 110). Neste contexto, a teoria de Edward Azar dos *'protracted social conflicts'* (conflito social prolongado) é bastante útil para o propósito de melhor compreender as dinâmicas de conflito violento interno e uma teoria que oferece algumas pistas de reflexão sobre as verdadeiras causas destes conflitos no pós-Guerra Fria (Ramsbotham, 2005: 109). Edward Azar foi um pioneiro na investigação sobre paz e conflitos, baseando-se em grande medida na teoria das *'necessidades humanas básicas'* de John Burton, segundo a qual as necessidades básicas como a justiça distributiva, a segurança física e uma sociedade estável e pacífica são fundamentais para a coesão e estabilidade de uma sociedade (Porto, 2008: 61). De acordo ainda com Azar, o factor central neste tipo de conflitos prolongados como os do Líbano, Sudão ou Etiópia era “[...] the prolonged and often violent struggle by communal groups for such basic needs as security, recognition and acceptance, fair access to political institutions and economic participation” (Ramsbotham, 2005: 113).

A preocupação clássica com as relações entre Estados pecava por negligenciar um entendimento mais correcto e rigoroso sobre as dinâmicas de conflito interno, limitando a capacidade real de os resolver e ultrapassar. Neste sentido, o termo *'conflito social prolongado'* enfatiza a ideia de que as causas dos conflitos se encontram predominantemente dentro dos Estados e não fora, sendo que Azar identifica quatro grupos de variáveis como pré-condições para a transformação destes em diferentes níveis de intensidade (Ramsbotham, 2005: 114). A primeira pré-condição identificada remete para o tipo de comunidades existentes numa determinada sociedade e o respectivo conteúdo, que aponta para a importância da identidade de grupo - seja racial, religiosa ou étnica -, relativamente ao conflito. De acordo com esta ideia, se uma

sociedade é caracterizada por uma forte heterogeneidade cultural, étnica ou religiosa, torna-se mais propensa à ocorrência de conflitos desta natureza. A interligação entre esta característica e o legado colonial² do país, bem como com um padrão histórico de rivalidade e competição entre grupos diferentes torna-os mais activos do ponto de vista político e também mais catalisadores de instabilidade interna (Azar, 1990: 7). Em segundo lugar, e retomando a teoria das ‘necessidades não satisfeitas’ de John Burton,³ Azar considera que a sobrevivência individual e de grupo depende da satisfação de necessidades materiais (Azar, 1990: 7); nesse sentido, a privação das necessidades humanas fundamentais torna-se uma fonte essencial de conflito social violento e prolongado. Contrariamente a outro tipo de interesses, as necessidades humanas são ontológicas e não negociáveis (Ramsbotham: 2005: 115), mas nem sempre são garantidas e sobretudo nem sempre são garantidas de forma justa e equitativa. Consequentemente, ressentimentos resultantes da privação dessas mesmas necessidades humanas fundamentais e a marginalização sistemática de certos grupos levam a que se encontrem respostas que podem ser, e frequentemente são, expressas colectivamente e de forma violenta. Neste contexto, factores económicos e sociais são também essenciais para compreendermos a existência e perpetuação destes conflitos. Como Miall *et al.* referem: “in the economic sphere once again would dispute Azar’s contention that protracted social conflict tends to be associated with patterns of underdevelopment or uneven development” (Miall *et al.*, 1999 *apud* Porto, 2008: 65)

Ao enfatizar a segurança, o desenvolvimento, o acesso político e a identidade como sendo os tipos de necessidades mais importantes, Azar chama também a atenção para a necessidade de um entendimento mais amplo e rigoroso de segurança e desenvolvimento:

Reducing conflict requires reduction in levels of underdevelopment. Groups which seek to satisfy their identity and security needs through conflict are in effect seeking change in the structure of the society. Conflict resolution can truly occur and last if satisfactory amelioration of underdevelopment occurs as well. Studying protracted social conflicts leads one to conclude that peace is development in the broadest sense of the term. (Azar, 1985: 69).

² De acordo com Azar, a aplicação do princípio de ‘dividir para reinar’ implementada pelos vários poderes coloniais tendeu a criar um contexto político único em que um Estado incorporou de forma artificial uma multiplicidade de grupos ou se dividiu em duas ou mais regiões (Azar, 1990: 7).

³ De acordo com este autor, as necessidades humanas requerem uma série de elementos fundamentais para a sobrevivência humana e que vão muito além de alimentos, água ou abrigo. Estas necessidades, na linha de Burton, incluem elementos físicos e não físicos essenciais para o desenvolvimento humano (Burton, 1990).

Azar não afirma que a privação de necessidades materiais básicas *per se* resulta natural e inevitavelmente em conflito (Azar, 1990: 9), mas que a incapacidade de eliminar e responder a ressentimentos desta natureza por parte dos governos contribui para a criação das condições para o surgimento deste tipo de conflitos. Neste sentido, as técnicas dominantes de negociação, mediação e resolução de conflitos podem ser úteis para alcançar objectivos de curto prazo, mas responder às causas mais profundas do conflito requer instrumentos de longo prazo (Ramsbotham, 2005: 120). A terceira pré-condição identificada por Azar diz respeito ao modelo de governação e ao papel do Estado, a autoridade política responsável no mundo moderno pela satisfação ou privação destas necessidades fundamentais. Neste sentido, um modelo de governação justo e equitativo resultaria na satisfação de todas as necessidades humanas independentemente de clivagens étnicas e de grupos, promovendo desenvolvimento e estabilidade a nível interno (Azar, 1990: 10). Relativamente ao papel do Estado enquanto elemento essencial para a satisfação ou frustração das necessidades individuais ou de grupo, Azar sublinha a tendência de os países que experienciam formas de conflito social prolongado estarem nas mãos de governos incompetentes, paroquiais e autoritários, que não cumprem as suas responsabilidades e, em última instância, não satisfazem as necessidades fundamentais da sua população. Contudo, e uma vez que Azar reconhece que o papel do Estado em promover ou prevenir este tipo de conflito não é apenas determinado por factores endógenos, a quarta e última pré-condição identificada como sendo importante diz respeito às ligações internacionais existentes. Estas ligações internacionais são aqui definidas como as relações de dependência política e económica com o sistema económico internacional, e/ou como as relações políticas e militares estabelecidas através de padrões de clientelismo regional ou global (Ramsbotham, 2005: 116), e que frequentemente exacerbam a privação das necessidades de certos grupos e distorcem as estruturas políticas e económicas internas (Azar, 1990: 11).⁴ Em suma, conflitos sociais prolongados ocorrem quando

⁴ Estes são os principais conjuntos de pré-condições para a existência de conflito social prolongado apontadas e desenvolvidas por Edward Azar. Contudo, Azar refere ainda que este tipo de conflito ocorrerá dependendo também de acções ou processos mais dinâmicos que agrupa em três tipos de determinantes que actuam como uma espécie de catalizadores de conflitos: acções e estratégias de grupo (tipo de reacção por parte dos grupos face a situações de negligência e marginalização e que podem envolver vários tipos de mobilização), acções e estratégias do Estado (variam entre acomodação política e formas de coerção e repressão, dependendo do nível de relações entre grupos); e finalmente mecanismos inerentes ao próprio conflito (relacionados com a história e experiência em conflito e da natureza da

determinadas comunidades são privadas da satisfação plena e equitativa das suas necessidades com base na respectiva identidade de grupo e como resultado da interligação com outros factores internos e externos. De facto, a privação destas necessidades é o resultado de uma cadeia causal e complexa que envolve o papel do Estado e os padrões de ligações internacionais. As condições iniciais, tais como o legado colonial, o contexto doméstico e a natureza multi-grupal de uma sociedade desempenham papéis importantes na génese de conflitos desta natureza (Azar, 1990: 12). Em virtude destas dinâmicas múltiplas e complexas, estes conflitos enraizados tendem a colocar enormes desafios a todos os que se envolvem na sua resolução e/ou prevenção. O carácter aparentemente irresolúvel destes conflitos sugere que as abordagens convencionais para interpretação e resolução dos conflitos são normalmente muito limitadas e falham na resposta a e na eliminação das dinâmicas mais profundas que sustentam e perpetuam este tipo de conflitos.

Até agora, procurámos essencialmente argumentar contra a assunção geral e dominante de que a grande diversidade e heterogeneidade étnica ou religiosa numa sociedade é, por si só, um factor de conflito, em virtude das tensões ancestrais e antagonismos naturais que normalmente criam. Ao fazê-lo, contudo, não se pretende fazer *tabula rasa* da potencial influência destes factores na criação de instabilidade interna, mas sim sublinhar que esta não funciona como variável exclusiva na ocorrência de conflito violento. Ao fazer esta análise, procuramos contribuir para abrir o debate sobre a necessidade de uma análise e compreensão mais aprofundadas sobre conflitos complexos e, conseqüentemente, sobre a necessidade de estratégias de prevenção e resolução mais sustentáveis e abrangentes. Nesse sentido, uma das lições fundamentais que pode ser retirada desta análise é que as causas dos conflitos desta natureza são altamente complexas, com processos e dinâmicas em que factores religiosos e étnicos, ainda que presentes, tendem a assumir um papel bem mais subordinado enquanto causas de conflito (Hasenclever and Rittberger, 2000: 673). A competição entre grupos sociais distintos sobre recursos escassos, a responsabilidade de satisfazer as necessidades básicas que o Estado não consegue ou não quer cumprir, as condições de pobreza e colapso social e económico, as assimetrias de poder entre e dentro de grupos, são factores que contribuem para o reforço de divisões entre grupos étnicos e/ou religiosos

comunicação entre actores hostis e que também se tornam responsáveis pela definição do comportamento dos actores) (Ramsbotham, 2005a: 117).

potencialmente geradoras de instabilidade (Ferreira, 2005: 69). Mesmo em situações em que a violência social e o conflito armado aprofundaram as divisões entre grupos, podem perder-se oportunidades importantes se se falhar no reconhecimento desta natureza múltipla e dinâmica das identidades de grupo e das condições socioeconómicas existentes e se se optar por políticas e práticas que institucionalizem e eventualmente agravem e/ou aprofundem essas mesmas diferenças. O contributo de interpretações e abordagens alternativas, tais como as avançadas por Edwar Azar, John Burton e Johan Galtung, baseadas numa concepção mais estrutural das causas e dos factores que podem levar ao conflito é, neste sentido, muito importante para ultrapassar as visões simplistas e eventualmente perigosas que assumem uma relação natural e inevitável entre diversidade étnica ou religiosa e a emergência de conflitos internos violentos. Compreender e prevenir conflitos armados violentos nunca foi um exercício simples em grande medida devido a esta complexidade inerente, mas tornou-se ainda mais difícil no caso de conflitos armados em sociedades onde as divisões étnicas e religiosas mais visíveis, e frequentemente instrumentalizadas, dão lugar a interpretações superficiais que facilmente tornam as soluções respostas sustentáveis e eficazes uma missão quase impossível. Após o final da Guerra Fria, e de certa forma como resposta a este problema, prevenir e resolver conflitos de forma supostamente sustentável, assim como restaurar e construir a paz em contextos de grande complexidade, tornou-se uma espécie de ‘*missão civilizadora*’⁵ (Paris, 2002) nas mãos de actores internacionais. Na prática, tal significou que os actores internacionais passaram a implementar uma estratégia mais ou menos comum para lidar com Estados mais ou menos disfuncionais com base nos princípios da ideia da ‘paz liberal’. A particularidade desta estratégia liberal era o facto de ser definida a partir da ideia de que a liberalização – política e económica - era a chave para a promoção da paz e instabilidade internas nestes contextos de clara fractura étnica ou religiosa (Paris, 2002: 766) e de que as formas de governação liberal, assim como um discurso de desenvolvimento radical, deveriam ser parte de uma resposta ao conflito (Richmond, 2007: 56). O objectivo da ‘paz liberal’ era, portanto, transformar estes Estados disfuncionais e fracturados pelo conflito situados na chamada periferia do

⁵ De acordo com Roland Paris, a prática actual ao nível da reconstrução da paz pode ser considerada uma versão moderna, actualizada da crença colonial de que as potências imperialistas europeias tinham um dever de ‘civilizar’ povos ‘bárbaros’ e dependentes do exterior. Apesar de esta linguagem arcaica ter sido progressivamente abandonada e de o projecto de intervenção por actores externos ser menos mercenário e radical nos seus objectivos, persiste a ideia de que o modelo de democracia liberal e de mercado é superior a todos os outros e deve, por isso, ser implementado no exterior para regular e garantir ordem nos territórios periféricos do sistema internacional (Paris: 2002).

sistema internacional em Estados estáveis, cooperantes, desenvolvidos e representativos (Duffield, 2001: 11). Nesse sentido, foi sendo avançada e implementada uma visão particular de como os Estados se devem organizar internamente, visão essa baseada essencialmente nos princípios de democracia liberal e economia de mercado. Do ponto de vista político, essa organização implicaria um processo de democratização, enquanto que, do ponto de vista económico, a estratégia implicaria a criação de condições para uma estrutura orientada pelos princípios de economia de mercado. De acordo com Duffield, a preocupação fundamental seria essencialmente promover o modelo de paz liberal nas periferias instáveis do sistema internacional com o objectivo de resolver e prevenir conflitos e reconstruir o tecido económico, social e político destas sociedades (Duffield, 2008). Contudo, e apesar dos esforços para definir instrumentos e políticas para resolver e prevenir conflitos armados internos, os resultados não têm sido particularmente positivos (Nkundabagenzi, 1999: 280). De facto, e ainda que tenham ajudado a chamar a atenção para as causas múltiplas e complexas dos conflitos, estas estratégias e políticas de intervenção política e económica acabaram por cristalizar uma agenda de prioridades desequilibrada e muito limitada, favorecendo claramente os direitos e instituições de natureza civil e política e negligenciando as garantias de natureza económica e social. Contudo, o suposto ‘consenso’ em matéria de reconstrução da paz (Richmond, 2004) que de alguma maneira se gerou pode e deve ser problematizado e questionado, tendo em conta a forma superficial como analisa e considera as causas do conflito violento, bem como as medidas que sustenta para a sua prevenção ou resolução. Este questionamento deve ainda estender-se à capacidade real que a comunidade internacional tem demonstrado para compreender o conflito violento e para contribuir para a criação das estruturas económicas, políticas e sociais mais sustentáveis que façam face a essa mesma violência. Se um determinado país se depara com problemas graves e prolongados no tempo, como a existência de instituições políticas, económicas e sociais profundamente discriminatórias, ideologias excludentes, divergências intergrupais a vários níveis e que alimentem a desigualdade e a exclusão de alguns grupos, a existência de conflito violento pode ser mais provável (Brown, 1997: 9). Assim, o enfoque quase exclusivo na ordem e na estabilização militar e política é claramente insuficiente para pôr fim a conflitos que são agravados e perpetuados também por dinâmicas de profunda desigualdade social e económica e por interesses que lhes subjazem (Jeong, 2005: xi). As instituições e actores normalmente

envolvidos na prevenção de conflitos e nas políticas de reconstrução falham frequentemente nesse papel ou são, pelo menos, contraproducentes tendo em conta o objectivo que pretendem alcançar (Tigerstrom, 2001: 139). Na nossa opinião, esta realidade reflecte, em alguma medida, o enorme fosso ainda existente entre a teoria e a prática no que diz respeito às estratégias de paz e promoção dos direitos humanos, bem como as muitas falhas que ainda existem ao nível das políticas e estratégias actuais dominantes de resolução de conflitos. A tendência perversa para distinguir de forma rígida os direitos civis e políticos dos direitos económicos, sociais e culturais ignora e menospreza, portanto, a necessidade de uma acção global e conjunta no que concerne ao papel e lugar dos direitos humanos ao nível dos processos de paz e reconstrução pós-violência. As políticas económicas neoliberais, que são normalmente associadas à ideologia da paz liberal, raramente são contestadas no que respeita aos seus impactos ao nível dos processos de gestão de conflito violento e reconstrução em sociedades marcadas pelo mesmo tipo de conflito (Pugh, 2005: 1). Como consequência, estes modelos de assistência internacional em cenários de conflito e pós-conflito violento tendem a reproduzir e perpetuar as falhas ao nível das estruturas políticas e económicas já de si bastante frágeis, obscurecendo ainda mais as causas potenciais de conflito violento, nomeadamente nos contextos em que as desigualdades socioeconómicas são profundas. Neste contexto, Jeong conclui que, na ausência de uma mudança estrutural e de longo prazo, a ideia de uma paz sustentável baseada apenas na ordem política e económica pode ser um objectivo ilusório e insuficiente para pôr fim a conflitos armados violentos e duradouros (Jeong, 2005: 18). O reconhecimento da existência de vários tipos de causas e factores subjacentes ao conflito, de natureza material e estrutural (tais como desigualdades socioeconómicas e políticas), importantes para compreender a emergência e perpetuação de conflitos violentos nestas sociedades, tornam-se elementos fundamentais para a definição de estratégias alternativas e mais sustentáveis de resolução e prevenção de conflitos desta natureza. Recorrendo novamente ao argumento das necessidades humanas de John Burton, por exemplo, a violência tende a ocorrer quando certos indivíduos ou grupos não encontram outra forma de satisfazer as suas necessidades fundamentais, ou quando querem que essas mesmas necessidades sejam compreendidas e respeitadas. Este argumento é semelhante à abordagem estruturalista de Johan Galtung, que considera o conflito violento como o resultado de formas de violência mais estruturais. De acordo com esta perspectiva, a

ausência de desenvolvimento socioeconómico e de estruturas equitativas para a redistribuição de recursos pode ser uma fonte poderosa de violência numa sociedade marcada por desigualdades profundas, sobretudo se estas cruzarem linhas étnicas e religiosas. A ausência ou negação de infra-estruturas básicas, oportunidades de emprego, acesso a educação e saúde pode gerar tensões internas que se manifestam, em última instância, sob a forma de violência. Evitar que isto aconteça exige, portanto, uma mudança real ao nível das estruturas políticas, económicas e sociais de modo a responder e eliminar as formas de opressão e marginalização estrutural potencialmente geradoras de violência (Richmond, 2007: 88).

Todas estas abordagens e argumentos são importantes e contribuem para uma melhor identificação das causas da violência, assim como das formas mais adequadas de a prevenir ou, pelo menos, minimizar. Ainda assim, estas estão frequentemente ausentes das agendas dominantes de prevenção de conflitos e de reconstrução da paz, as quais tendem a considerar a pobreza e a desigualdade como fenómenos individuais e não de grupo (Stewart, 2002: 3), e logo como tendo um impacto reduzido enquanto causas de conflito violento.

III. Conclusões

A multiplicidade de conflitos armados violentos que emergiram após a Guerra Fria, tornou as teorias e a prática da resolução de conflito e reconstrução da paz uma área de estudo particularmente importante e fértil em termos do debate que suscitou. Isto é especialmente verdade num contexto em que a visibilidade e o número de conflitos internos aumentou significativamente, opondo frequentemente grupos étnicos e religiosos diferentes dentro de um território e/ou entre grupos que se sentem marginalizados e excluídos das estruturas de poder e da autoridade central existente (Omeje, 2008: 68). O resultado foi a classificação comum, simplista e acrítica destes conflitos violentos internos como guerras ‘étnicas’, com a consequência óbvia de que estas limitam a definição de opções e instrumentos de prevenção e reconstrução mais eficazes e rigorosas (Porto, 2008: 57). De facto, no estudo actual sobre paz e conflitos, a prioridade é dada a interpretações que sublinham o papel crucial, se não mesmo decisivo, de identidades e afinidades étnicas e religiosas. O que resulta claro desta análise, contudo, é que não existe uma única causa isolada para conflitos desta natureza, e que estes resultam antes de um conjunto complexo e variado de causas interligadas.

Além disso, e como refere Sambanis, nem todas as guerras civis são iguais e cada uma é tão diferente como a sociedade em que emerge (Sambanis, 2001: 259). Existem vários tipos de conflito violento interno e essa variedade e as diferenças dela resultantes devem ser tidas em conta quando se pretende levar a cabo uma análise rigorosa e profunda das suas causas. Citando Michael Brown “The search for a single factor [...] that explains everything is comparable to the search of the Holy Grail- noble, but futile” (Brown, 1997: 4).

Os ressentimentos históricos, os sentimentos de exclusão e marginalização política, económica e social, a distribuição desigual de recursos e benefícios económicos, o subdesenvolvimento, a ausência de um processo genuinamente democrático, as exigências de um sistema de partilha de poder mais equitativo e justo entre grupos diferentes e outras questões relacionadas com o modelo de governação em sociedades marcadas pelo conflito violento interno são factores que estão profundamente relacionados e que contribuem para a instabilidade e emergência de formas violentas de contestação do poder e dos *status quo* e que contrariam a ideia de uma única causa primordial para a violência.

Ainda assim, e apesar do reconhecimento desta multiplicidade e complexidade de causas possíveis de violência, o argumento aqui defendido é que os factores económicos e sociais desempenham um papel central no despoletar da violência, em especial quando estes estão associados a padrões continuados e persistentes de formas de discriminação horizontal entre grupos distintos. De facto, e como se procurou demonstrar, o acesso desigual a recursos, bens e serviços, a negação de direitos e necessidades humanas básicas, que são normalmente exacerbados pela incapacidade sistemática dos governos em responder a estes mesmos problemas e às reivindicações dos vários grupos, desempenham um papel fundamental na perpetuação e agravamento de conflitos internos violentos. Além disso, a percepção por parte de alguns grupos de que existem fortes desigualdades nas oportunidades económicas e no acesso a recursos, bem como as diferenças significativas nos *standards* de vida entre grupos contribuem de facto para um certo ressentimento (Porto, 2008: 64) e para a deterioração das relações inter-grupo, aumentando a propensão para o conflito violento (Porto, 2008: 65)⁶. Deste modo, ao longo desta análise procurámos não apenas chamar a atenção para o verdadeiro impacto

⁶ Estes padrões de discriminação são igualmente importantes ao nível cultural, sobretudo quando concretizados em termos de limitação do acesso à educação ou do reconhecimento das línguas e religiões minoritárias, entre outras (Porto, 2008: 65).

da diversidade étnica e religiosa para o surgimento de conflitos violentos internos, mas também e sobretudo para o papel central desempenhado por outras variáveis e factores mais estruturais, como sejam as desigualdades socioeconómicas e a discriminação inter e intra-grupos e para a necessidade de lhes responder de forma eficaz e sustentável. O nosso enfoque é claramente sobre as causas e factores mais ‘escondidos’ e frequentemente negligenciados ao nível das estratégias de paz dominantes e que põem em causa o alcance de uma paz definitiva e sustentável nestes contextos. O objectivo não era desenvolver nem promover outra panaceia geral e universalmente aplicável para resolver conflitos violentos internos e que partilham estas características, mas antes chamar a atenção para a necessidade de um entendimento mais profundo e rigoroso das causas complexas e dinâmicas a eles subjacentes e que estão normalmente invisibilizadas pelo véu das ‘guerras étnicas’; um entendimento que vá bem mais além de abordagens e interpretações primordiais e simplistas sobre estes conflitos violentos.

Referências Bibliográficas

- Azar, Edward (1985), “Protracted International Conflicts: Ten Propositions” *International Interactions*, 12, 59-70.
- Azar, Edward (1990), *The Management of Protracted Social Conflict: Theory and cases*. Aldershot: Dartmouth Publishing Company Limited.
- Brown, Michael E. (1997), “The Causes of Internal Conflict: an Overview”, in Michael Brown; Owen R. Coté; Sean M. Lynn-Jones; Steven E. Miller (orgs.) *Nationalism and Ethnic Conflict (An International Security Reader)*. Cambridge: The MIT Press, 3-25.
- Burton, John (1990), *Conflict: Basic Human Needs*. New York: St. Martins Press.
- Duffield, Mark (2001), *Global Governance and the New Wars: The merging of development and security*. London: Zed Books.
- Duffield, Mark (2008), *Development, Security and Unending Wars*. Cambridge: Polity Press.
- Dodson, Michael (2006), “Postconflict Development and Peace Building: Recent Research”, *Peace & Change*, 31(2), 244-252.
- Ferreira, Patrícia Magalhães (2005), *Identidades Étnicas, Poder e Violência em África: O Conflito no Burundi*. Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento – Centro de Documentação e Informação.

- Hasenclever, Andreas; Rittberger, Volker (2000), “Does Religion Make a Difference? Theoretical Approaches to the Impact of Faith on Political Conflict”, *Millennium*, 29 (3), 641-674.
- Jeong, Ho-Won (2005), *Peacebuilding in Post-conflict Societies: Strategies & process*. London: Lynne Rienner Publishers.
- Kaldor, Mary (1999), *New and Old Wars*. Cambridge: Polity Press.
- Nkundabagenzi, Felix (1999), “Ethnicity and Intra-State Conflict: Types, Causes and Peace Strategies – a Survey of Sub-Saharan Africa”, in Hakan Wiberg; Christian Scherrer (orgs.), *Ethnicity and Intra-State Conflict: Types, Causes and Strategies*. Aldershot: Ashgate, 280-98.
- Omeje, Kenneth C. (2008), “Understanding Conflict Resolution in Africa”, in David Francis (org.), *Peace and Conflict in Africa*. London/New York: Zed Books, 68-91.
- Paris, Roland (2002), “International Peacebuilding and the ‘Mission Civilisatrice’” *Review of International Studies*, 28, 637-656.
- Porto, João Gomes (2008), “The Mainstreaming of Conflict Analysis in Africa: Contributions from theory”, in David Francis (org.), *Peace and Conflict in Africa*. London/New York: Zed Books, 46-67.
- Pugh, Michael (2005), “The Political Economy of Peacebuilding: A critical theory perspective”, *International Journal of Peace Studies*, 10(2), 23-42.
- Ramsbotham, Oliver (2005), “The Analysis of Protracted Social Conflict: a Tribute do Edward Azar”, *Review of International Studies*, 31,109-126.
- Richmond, Oliver P. (2004), “The Globalization of Responses to Conflict and the Peacebuilding Consensus”, *Cooperation and Conflict*, 39 (2), 129-150.
- Richmond, Oliver P. (2007), *The Transformation of Peace*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Sambanis, Nicholas (2001), “Do Ethnic and Nonethnic Civil Wars Have the Same Causes? A Theoretical and Empirical Inquiry (Part 1)”, *Journal of Conflict Resolution*, 45(3), 259-282.
- Stewart, Frances (2002), “Root Causes of Violent Conflict in Developing Countries” *British Medical Journal*, 324 (7333), 342-345, <http://www.pubmedcentral.nih.gov/picrender.fcgi?artid=1122271&blobtype=pdf> acedido a 10 de Junho de 2006.

Tigerstrom, Barbara von (2001), "Implementing Economic, Social and Cultural Rights: The Role of National Human Rights Institutions", in Isfahan Merali; Valerie Oosterveld (orgs.), *Giving Meaning to Economic, Social and Cultural Rights*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 139-159.